

Migração: Diferenciais Por Renda E Políticas Públicas De Transferência De Renda¹

Migration: Differences according to income and public policies of income transfer²

Julia Modesto Pinheiro Dias Pereira³

Resumo: Diante da crescente importância que os programas de transferência de renda vêm apresentando nos últimos anos, cabe perguntar. Será que eles têm gerado influência em áreas que não eram pretendidas? Pensando que os fluxos migratórios diferenciam-se conforme a realidade sócio-econômica e que devido às desigualdades regionais as pessoas se locomovem em busca de melhorar as condições de vida, faz sentido pensar que os programas que visam melhorar a condição de vida da população e por consequência amenizar tais desigualdades, podem acabar por influenciar a migração? Assim esse texto buscará indícios de que programas de transferência de renda podem estar influenciando na dinâmica migratória. Por intermédio de análises descritivas avaliou-se a importância dos programas para a economia, o Índice de Eficácia Migratória (IEM) segundo porte populacional e estrato de renda domiciliar *per capita* e por último, analisou-se também o peso das transferências de renda domiciliar conforme o status migratório dos chefes de domicílio. Para tal estudo foi eleito como estudo de caso o estado da Bahia.

Palavras-chave: Programas de transferência de renda; Migração; Bahia.

Abstract: Faced with the growing importance that income transfer programs have been showing in the last years, it's up to ask. Have they been generating influence in non-targeted areas? Assuming that migratory fluxes differentiate from each other according to the economic and social reality and that because of regional inequality people moves in search of better living conditions, it makes sense to think that these programs that intend to improve population's living conditions and as a consequence ease such inequalities, may be influencing migration? Thus, this text will search for evidence that income transfer programs may have been influencing in the migratory dynamics. Through descriptive analysis it was evaluated the importance of income programs to the economy, the Migratory Effectiveness Index - MEI (Índice de Eficácia Migratória – IEM) according to population size and household *per capita* income layer and at last, it was also analyzed the weight in household income transfers according to the migratory status of the head of the house. For such study it was elected the study case of the estate of Bahia.

Key-words: Income transfer programs; Migration; Bahia.

Bahia, desigualdade e transferência de renda

A Bahia é um estado com o PIB extremamente concentrado, com apenas alguns pontos de desenvolvimento industrial enquanto o resto do estado permanece significativamente rural. Essa configuração faz com que o estado apresente grandes índices de desigualdade. Em, 1991 os 50% mais pobres da Bahia se apropriavam de 14,5% do rendimento do estado, enquanto que o 1% mais rico se apropriava de 15% desse total, em 1999 esses valores passaram a ser 16,8% e 15,2% (DIAS;

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Este texto é fruto da dissertação de mestrado: **Política de transferência de renda e migração na Bahia: alguma conexão?**. Defendida em 28/02/2011, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

³ Mestre em demografia pela Unicamp- (IFCH/NEPO). E-mail: julia_modestopdpereira@yahoo.com.br.

FERNANDES, 2008). Apesar da pequena melhora nesses indicadores, é preciso destacar que em termos absolutos tal fato equivale a dizer que em 1999 cerca de 6,5 milhões de pessoas detinham a mesma quantidade que 130 mil pessoas. No entanto, na RMS a concentração de renda passou de 14% para 12,4% entre os 50% mais pobres e de 13,8% para 14,1% entre os 10% mais ricos. As desigualdades também se apresentam de uma maneira muito forte na renda familiar *per capita*, a renda oscilou entre uma média de 6,3 salários mínimos no grupo formado pelos 10% mais ricos, e 0,15% do salário mínimo entre os 10% mais pobres. No entanto, na RMS enquanto os 10% mais pobres recebem uma média de 0,15% do salário mínimo os 10% mais ricos apresentam uma média de 12,5 salários mínimos por renda familiar *per capita*, ou seja, a desigualdade manifesta-se de forma mais acentuada na Região Metropolitana.

Em um estudo da SEI de 2008, os pesquisadores da instituição ao estabelecerem uma linha de corte de pobreza de R\$100,00 para a renda *per capita* domiciliar, concluem que, ao comparar os dados da Bahia com Pernambuco e São Paulo, a Bahia foi o estado que apresentou maior redução da pobreza entre 1995 e 2004. Já que nesse período o percentual de pessoas que estavam abaixo da linha de corte da pobreza passou de 49,67% para 40,14%, enquanto em Pernambuco a redução foi menor saindo de 42,7% para 40,81%, e São Paulo apresentou aumento nessa variação, de 8,84% para 9,26%. A mesma análise é realizada para a RMS, para os espaços urbanos e para os espaços rurais. Enquanto na RMS a queda é de apenas 0,7 pontos percentuais, no urbano é de 10,2 e no rural de 11,3 pontos⁴. O mesmo estudo (SEI, 2008) extrai três conclusões importantes sobre o período 1995 a 2004: 1) A RMS manteve a mesma proporção de pobres, porém com crescimento populacional; 2) nas áreas urbanas houve queda significativa na proporção de pobres, com crescimento populacional; 3) no rural, houve uma queda significativa na proporção de pobres, mas com perda populacional no período analisado. Os autores concluem que a redução da pobreza tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas podem ser explicadas por um conjunto de fatores associados a políticas públicas, como a extensão dos benefícios previdenciários para a população rural e a forte expansão do BPC e do PBF.

O PBF em 2004 propiciou na Bahia renda a 839 mil famílias, sendo que esse montante em 2009 passou a ser de 1,5 milhão (cerca de 5,5 milhões de pessoas). Na mesma tendência, o BPC que em 2004 atendia a 213,4 mil pessoas em 2009 já atendia a 315,7 mil. Já a previdência que em 2004 concedia R\$ 8,7 bilhões em benefícios, passou em 2009 para R\$ 12,3 bilhões. Mas não se pode esquecer que mesmo com a importância das transferências de renda no estado, a principal renda dos baianos continua sendo a renda do trabalho. De acordo com Lima; Santana Filho e Bulcão (2010), as aposentadorias e pensões são mais importantes para compor a renda das famílias de classe A, B e C e as transferências são mais importantes para as famílias de classe D e E.

Conforme Lima; Santana Filho e Bulcão (2010) no ano 2000 a Região Nordeste foi a que apresentou a maior concentração de municípios que dependiam das transferências de renda, já que no Brasil das 73 cidades que tinham pelo menos 30% da população com mais da metade da sua renda originada por aposentadorias, pensões e outros programas sociais de transferência de renda, 70 estavam no Nordeste, dessas, dez na Bahia. Sendo importante ressaltar que os programas de transferência de renda como a Bolsa Família e o BPC são considerados bem focalizados, com cobertura para os que estão abaixo da linha de pobreza, de 80% e

⁴ RMS (de 27,7% para 27%); Urbano (de 46,5% para 36,3%); Rural (de 66,4% para 55,1%).

74% respectivamente. De acordo com Lima; Santana Filho e Bulcão (2010), entre 2004 e 2008 as transferências de renda do governo federal às famílias baianas apresentaram elevação maior do que a taxa média do crescimento econômico estadual. O repasse às famílias subiu de R\$ 8,38 bilhões para R\$ 14,07 bilhões, passando de 10,6% a 11,7% do PIB estadual entre 2004 e 2008. No mesmo período, o PIB e as transferências de renda cresceram 4,2% e 8,6% ao ano, respectivamente. Dentro dessa perspectiva, Lima; Santana Filho e Bulcão (2010) afirma que os programas sociais de transferência de renda governamentais foram responsáveis por quase 40% da redução da desigualdade de renda na Bahia.

Considerando a significativa redução da desigualdade que os programas de transferência de renda têm trazido para o Brasil e para a Bahia, é importante verificar qual é sua importância para os municípios baianos.

De acordo com a Tabela 1, verifica-se que os programas de transferência de renda são mais significativos em relação ao PIB dos Municípios pequenos e médios, e que a importância dos programas praticamente duplica entre 2004 e 2009 para os três grupos. Sendo que nos dois períodos a razão entre a relação PBF/PIB e BPC/PIB, entre as cidades pequenas e médias é de cerca de 1,15 e 0,85 respectivamente, o que pode indicar que o PBF é mais significativo nas cidades pequenas e o BPC nas cidades médias.

TABELA 1 - Relação do Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com o PIB Municipal, por porte municipal - Bahia, 2004 e 2009

	2004		2009		2004	2009
	PBF/PIB	BPC/PIB	PBF/PIB	BPC/PIB	PBF e BPC/PIB	PBF e BPC/PIB
Até 15 mil habitantes	3,58	2,47	8,93	5	6,06	13,93
De 15 a 50 mil habitantes	3,14	2,89	7,74	5,94	6,03	13,68
Mais de 50 mil habitantes	1,89	2,14	4,82	4,52	4,03	9,35

Fonte: MDS e IPEA-DATA.

2. Alterações na dinâmica migratória

A Tabela 1 apresentadas evidenciam que ambos os programas podem estar influenciando significativamente a economia dos municípios baianos, principalmente dos pequenos e médios, e muito provavelmente, sua dinâmica migratória. Sendo importante recordar que Singer (1980) defendia que os fatores de atração e repulsão atuam de forma distinta dependendo da situação social de cada cidadão. Da mesma forma, Ântico (1997 *apud* DIAS, 2007) acredita que o nível socioeconômico diferencia comportamentos em relação aos processos migratórios e que os vínculos familiares, por exemplo, são mais importantes para as pessoas das classes mais baixas, devido à importância das redes de proteção social para essas pessoas.

Nota-se na Tabela 2 que tanto em relação à imigração quanto em relação à emigração, a maior parte da população encontra-se dentro do primeiro estrato de renda, o que é de se esperar, já que cerca de 71,6% em 1991 e 61,1% em 2000 da população concentra-se dentro desse estrato. No entanto apesar da maior parte da população compor o primeiro estrato de renda, é no terceiro que há o maior saldo

migratório líquido negativo (-82.217 habitantes em 1991 e -98.751 habitantes em 2000), além do mais esse estrato foi o único em que o saldo foi maior em 2000 do que em 1991. Porém ao considerar-se os dados da Tabela 3, percebe-se que apesar do saldo negativo ter diminuído em termos absolutos, quando levado em conta a razão entre o mesmo saldo e a população, houve um aumento considerável de -7,4% para -4,8%. Porém, esse estrato continua possuindo o saldo líquido negativo de maior representatividade entre todos os estratos.

TABELA 2 - Volume (em mil) e percentual de emigrantes e imigrantes dos maiores de cinco anos, por migração intraestadual e interestadual. Data-Fixa - Bahia, 1991 e 2000

		1991				2000			
		Imigração		Emigração		Imigração		Emigração	
		Volume	(%)	Volume	(%)	Volume	(%)	Volume	(%)
População Total	Intraestadual	540,8	74,1	540,8	58,9	591,1	68,4	591,1	56,8
	Interestadual	189,2	25,9	376,31	41	273,5	31,6	449,6	43,2
	Total	730,1	100	917	100	864,6	100	1.040,70	100
População com renda <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo.	Intraestadual	349,9	77,7	349,9	73,1	269,6	70,7	269,6	67,6
	Interestadual	100,5	22,3	129,1	27	111,7	29,3	129,2	32,4
	Total	450,4	100	479	100	381,3	100	398,8	100
População com renda <i>per capita</i> entre 1/2 e 1 salário mínimo.	Intraestadual	94,8	72,6	94,8	48,2	149,1	69,9	149,1	54,3
	Interestadual	35,7	27,4	102,1	51,8	64,1	30,1	125,8	45,8
	Total	130,5	100	196,9	100	213,2	100	274,9	100
População com renda <i>per capita</i> entre 1 e 3 salários mínimos.	Intraestadual	71,5	67,6	71,5	38,1	114,8	66,5	114,8	42,3
	Interestadual	34,3	32,4	116,5	62,0	58,0	33,6	156,7	57,7
	Total	105,8	100	188	100	172,7	100	271,5	100
População com renda <i>per capita</i> de mais de 3 salários mínimos.	Intraestadual	24,6	56,7	24,6	46,2	57,6	59,1	57,6	55
	Interestadual	18,8	43,3	28,6	53,8	39,8	40,9	47,1	45
	Total	43,4	100	53,2	100	97,4	100	104,7	100

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

Nota: Exclui-se os que não declararam a renda e os que declararam como condição na unidade domiciliar, ser empregados, parentes de empregados ou pensionista.

*Migração por Data-Fixa.

Também é importante destacar que o primeiro estrato de renda, apesar de ter a maior parte da população, é o grupo com menor saldo líquido negativo em relação à população total (-0,4% em 1991 e -0,3 em 2000 – Tabela 3), observando-se que foi o que apresentou a maior redução em termos de volume entre os dois períodos (-28.641 habitantes em 1991 e -17.554 habitantes em 2000, contabilizando uma redução de 11.087 indivíduos- Tabela 11), e não se esquecendo que há mais pessoas no primeiro grupo, o que permite que grandes mudanças nos volumes não afetem a população de maneira mais significativa. Ao considerar as Tabelas 2 e 3 pode-se raciocinar que dentre os que emigram da Bahia e dentro da Bahia há uma predominância entre o grupo que possui uma renda domiciliar *per capita* que varia entre 1 e 3 salários mínimos nos dois períodos, com um maior peso para emigração interestadual. Dentre os que imigram (movimento que aumentou entre os dois períodos), o último grupo imigra proporcionalmente mais que o primeiro, porém com um maior peso da imigração intraestadual. No entanto ao considerar o saldo líquido,

ou seja, a dinâmica entre imigração e emigração, o grupo que perde menos população é o estrato de até 1/2 salário mínimo de renda domiciliar *per capita*.

TABELA 3 - Volume (em mil) e razão pela população de emigrantes e imigrantes dos maiores de cinco anos, por tipo de movimento. Bahia - 1986 a 1991 e de 1995 a 2000

Tipo de Movimento Migratório	Grupo de Renda domiciliar per capita	1991				2000					
		Volume (por mil)			Razão pela População em 1991 (por 100)	Volume (por mil)			Razão pela População em 2000 (por 100)		
		Imigração (IM)	Emigração (EM)	Saldo (S)	IM	Imigração (IM)	Emigração (EM)	Saldo (S)	IM	EM	
Intra-estadual	Bahia	540,82	540,82	0	4,82	591,09	591,09	0	4,57	4,57	
	Até 1/2 SM	349,9	349,9	0	4,35	269,60	269,60	0	3,93	3,93	
	De 1/2 a 1 SM	94,80	94,80	0	5,65	149,10	149,10	0	4,67	4,67	
	De 1 a 3 SM	71,54	71,54	0	6,40	114,78	114,78	0	5,59	5,59	
	Mais de 3 SM	24,57	24,57	0	6,25	57,60	57,60	0	7,02	7,02	
Inter-estadual	Bahia	189,22	376,24	-187,02	1,68	273,50	458,77	-185,3	2,11	3,55	
	Até 1/2 SM	100,47	129,11	-28,64	1,25	111,65	129,20	-17,55	1,62	1,88	
	De 1/2 a 1 SM	35,70	102,05	-66,33	2,13	64,07	125,76	-61,7	2,00	3,94	
	De 1 a 3 SM	34,26	116,48	-82,21	3,06	57,96	156,71	-98,75	2,82	7,63	
	Mais de 3 SM	18,78	28,59	-9,81	4,77	39,81	47,08	-7,264	4,85	5,73	
Total	Bahia	730,05	917,07	-187,02	6,50	864,63	1049,89	-185,3	6,69	8,12	
	Até 1/2 SM	450,38	479,02	-28,64	5,60	381,28	398,84	-17,55	5,56	5,81	
	De 1/2 a 1 SM	130,50	196,85	-66,35	7,79	213,18	274,87	-61,7	6,68	8,61	
	De 1 a 3 SM	105,81	188,02	-82,21	9,47	172,74	271,50	-98,75	8,41	13,22	
	Mais de 3 SM	43,35	53,16	-9,81	11,03	97,41	104,68	-7,264	11,87	12,76	
Proporção da População por estrato de renda domiciliar per capita		População			(%)		População			(%)	
População (%)	Bahia	11218,10			(100)		12919,00			(100)	
	Até 1/2 SM	8032,70			(71,6)		6855,40			(61,1)	
	De 1/2 a 1 SM	1675,20			(14,9)		3190,00			(28,4)	
	De 1 a 3 SM	1117,10			(10,0)		2053,30			(18,3)	
	Mais de 3 SM	393,00			(3,5)		820,40			(7,3)	

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

*Migração por Data-Fixa.

Há mais uma diferença importante entre os estratos de renda. De uma forma geral a migração intraestadual apresenta maior importância do que a migração interestadual. Assim, nota-se que em razão da renda familiar dos migrantes há um diferencial de comportamento. Ou seja, a relação entre emigração e imigração é menor para os mais pobres, bem como a migração intraestadual tem mais peso para as pessoas com menores rendimentos, o que pode estar associado aos menores riscos dos deslocamentos de curta distância.

Seguindo com a análise sobre migração e renda domiciliar *per capita*, também é importante separar esses diferenciais migratórios conforme o tamanho dos municípios nos quais as pessoas entraram ou saíram. Sabe-se que há muitos

municípios pequenos com grande importância econômica e outros com maior população que não se destacam dentro da dinâmica baiana. Como exemplo pode-se citar os municípios de: Piripá, Ponto Novo, Mucuri, Ibicoara (com populações de: 16.089, 17.187, 27.992 e 15.125, respectivamente) que apresentavam saldos migratórios superiores a mil indivíduos. Enquanto municípios como: Senhor do Bonfim, Serrinha, Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa (com populações de 67.401, 82.912, 129.659 e 54.291, respectivamente) apresentavam saldo migratório negativo de mais de dois mil indivíduos. Não obstante, se mantém a utilização do conceito de porte municipal para prosseguir com a análise, pois, acredita-se que as transferências de renda podem ter maior impacto nas dinâmicas migratórias entre os municípios menores, sendo sempre importante separar a Região Metropolitana e a cidade de Salvador, por apresentarem dinâmicas muito específicas. Logo, será utilizado o conceito de Índice de Eficácia Migratória (IEM), para realizar as análises que seguem.

O IEM⁵ varia entre -1 e 1 e quanto mais próximo de 1 mais forte é a retenção migratória, quanto mais próximo de -1 maior é a expulsão das pessoas, e quanto mais próximo de 0, maior é a rotatividade migratória (BAENINGER, 2008). A mesma autora considera que as áreas podem ser consideradas como de retenção se apresentarem IEM superior a 0,12 e consideradas de perdas se apresentarem IEM superior a -0,12, ou seja, as áreas que apresentarem índices dentro desses limites devem ser áreas de rotatividade migratória, sendo importante lembrar que uma área que nacionalmente é entendida como de perda, retenção ou rotatividade, pode mudar quando analisada em relação a um local específico. Nesse caso as análises serão os municípios baianos em relação aos demais municípios tanto da Bahia, quanto do restante do Brasil, por porte municipal, Região Metropolitana de Salvador e o núcleo dessa RM.

Conforme a Tabela 4 abaixo a Bahia era em 1991 e continuou sendo em 2000 uma área de rotatividade migratória, com um índice na última década mais próximo de zero. Com a diferença de que em 1991 as cidades médias apresentavam IEM indicando perda superior às cidades pequenas fato este que se inverte em 2000, enquanto a RMS continua sendo área de retenção migratória. Quando se passa para a análise segundo os estratos de renda domiciliar *per capita*, é importante ressaltar que as pessoas ao declararem estar em outro local em 1986 ou em 1995 que não o local de referência, foram classificadas dentro dos estratos na data de realização dos Censos Demográficos. Ou seja, as diferenças temporais podem ter devido à mobilidade espacial diferenciada na seletividade, à mobilidade entre os estratos ou, ainda, à interação entre as duas.

Observa-se na Tabela 4 e nas figuras 1 e 2 a seguir que as cidades pequenas e médias apresentam comportamento semelhante nos dois períodos, com os índices indicando perda para todos os grupos, com exceção do primeiro, porém se aproximando mais de zero no último período. O primeiro estrato de renda nas pequenas e médias cidades apresenta IEM que indica rotatividade migratória, e conforme os demais também se aproximam mais de zero em 2000.

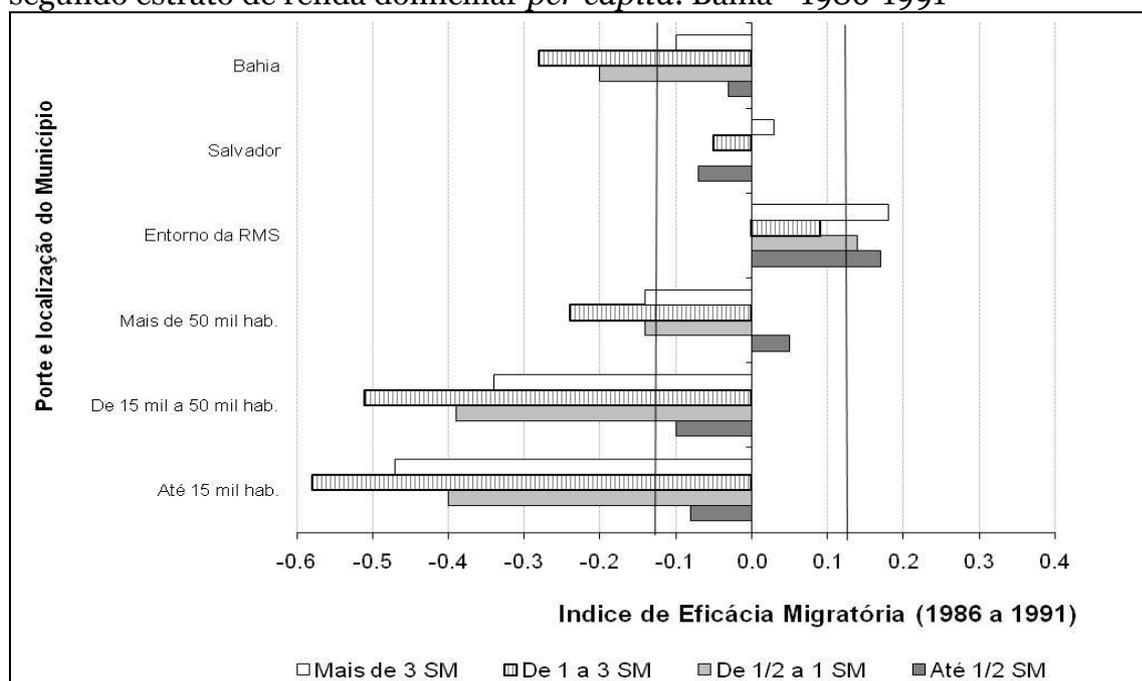
⁵ IEM=(Imigração – Emigração)/(Imigração +Emigração).

TABELA 4 - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias, Bahia, segundo o tamanho populacional dos municípios, Região Metropolitana de Salvador e a cidade de Salvador, 1986/1991 e 1995/2000*

Porte dos Municípios	1991				2000			
	Imigração	Emigração	Saldo	Índice de Eficácia	Imigração	Emigração	Saldo	Índice de Eficácia
População Total								
Até 15 mil hab.	91.313	137.512	-46.199	-0,2	96.658	140.951	-44.293	-0,19
De 15 mil a 50 mil hab.	231.908	360.397	-128.489	-0,22	266.706	377.055	-110.349	-0,17
+ de 50 mil hab.	213.263	240.790	-27.527	-0,06	276.125	304.121	-27.996	-0,05
Entorno da RMS	91.364	67.863	23.501	0,15	111.252	78.391	32.861	0,17
Salvador	102.211	107.411	-5.200	-0,02	113.897	140.195	-26.298	-0,1
Bahia	730.059	913.973	-183.914	-0,11	864.638	1.040.713	-176.075	-0,09
Renda per capita de até meio salário mínimo								
Até 15 mil hab.	72.368	84.548	-12.180	-0,08	57.766	62.809	-5.043	-0,04
De 15 mil a 50 mil hab.	172.252	209.904	-37.652	-0,1	149.102	164.445	-15.343	-0,05
+ de 50 mil hab.	124.115	111.787	12.328	0,05	109.635	103.561	6.074	0,03
Entorno da RMS	48.326	34.481	13.845	0,17	41.248	28.931	12.317	0,18
Salvador	33.324	38.306	-4.982	-0,07	23.537	39.096	-15.559	-0,25
Bahia	450.385	479.026	-28.641	-0,03	381.288	398.842	-17.554	-0,02
Renda per capita de meio a um salário mínimo								
Até 15 mil hab.	11.493	27.034	-15.541	-0,4	23.053	35.459	-12.406	-0,21
De 15 mil a 50 mil hab.	32.165	73.832	-41.667	-0,39	64.249	95.960	-31.711	-0,2
+ de 50 mil hab.	43.393	57.807	-14.414	-0,14	72.660	84.144	-11.484	-0,07
Entorno da RMS	20.771	15.642	5.129	0,14	28.801	28.923	-122	0
Salvador	22.682	22.544	138	0	24.419	30.391	-5.972	-0,11
Bahia	130.504	196.859	-66.355	-0,2	213.182	274.877	-61.695	-0,13
Renda per capita de um a três salários mínimos								
Até 15 mil hab.	6.089	22.670	-16.581	-0,58	12.162	33.507	-21.345	-0,47
De 15 mil a 50 mil hab.	20.995	64.588	-43.593	-0,51	38.585	91.073	-52.488	-0,4
+ de 50 mil hab.	34.394	56.263	-21.869	-0,24	62.147	87.978	-25.831	-0,17
Entorno da RMS	16.408	13.746	2.662	0,09	26.348	21.154	5.194	0,11
Salvador	27.925	30.761	-2.836	-0,05	33.507	37.788	-4.281	-0,06
Bahia	105.811	188.028	-82.217	-0,28	172.749	271.500	-98.751	-0,22
Renda per capita de mais de três salários mínimos								
Até 15 mil hab.	1.358	3.785	-2.427	-0,47	3.676	6.661	-2.985	-0,29
De 15 mil a 50 mil hab.	6.495	13.050	-6.555	-0,34	14.773	22.711	-7.938	-0,21
Mais de 50 mil hab.	11.361	15.112	-3.751	-0,14	31.678	34.836	-3.158	-0,05
Entorno da RMS	5.861	4.054	1.807	0,18	14.858	7.285	7.573	0,34
Salvador	18.280	17.165	1.115	0,03	32.431	33.187	-756	-0,01
Bahia	43.355	53.166	-9.811	-0,1	97.416	104.680	-7.264	-0,04

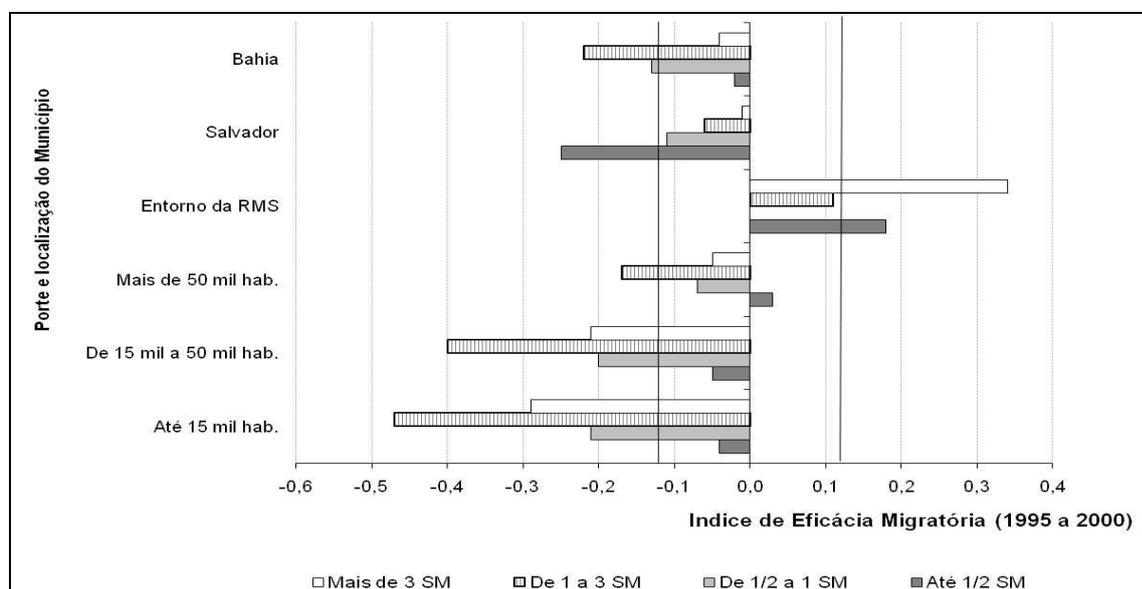
Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000). **Nota:** Exclui-se os que não declararam a renda e os que declararam como condição na unidade domiciliar, ser empregados, parentes de empregados ou pensionista. *Migração por Data Fixa.

FIGURA 1 - Índice de eficácia migratória por porte e localização do município, segundo estrato de renda domiciliar *per capita*. Bahia - 1986-1991



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) e da PNAD (2009).

FIGURA 2- Índice de eficácia migratória por porte e localização do município, segundo estrato de renda domiciliar *per capita*. Bahia - 1995-2000



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) e da PNAD (2009).

Nas cidades grandes há uma mudança importante entre as duas décadas analisadas, com passagem da indicação de perda populacional para rotatividade para quem está no segundo e no último estrato de renda. Já o entorno da RMS é o único local onde se verificam índices que indicam retenção migratória, tendo o índice aumentado significativamente para o último estrato de renda e passado de retenção para rotatividade no segundo grupo.

Salvador é o local que apresenta mudanças mais expressivas entre os dois períodos. Enquanto em 1991 para todos os grupos o IEM indicava rotatividade em 2000 para o primeiro grupo passa a indicar perda, sendo que o valor do índice aproxima-se de zero conforme o estrato de renda domiciliar *per capita* aumenta.

Quanto aos índices por estrato de renda, observa-se ainda na Tabela 4 que o único estrato que por si só indica perda no geral é o terceiro, ressaltando-se que o valor do índice entre os três primeiros grupos de renda vai diminuindo conforme a renda vai aumentando, apenas no último grupo é que o índice volta a apontar rotatividade.

É importante destacar nessa análise a diferença entre o que acontece no primeiro e no segundo grupo de estratos de renda entre os dois períodos. Os dois grupos são compostos por pessoas de baixa renda, sendo a sua principal diferenciação o fato de que o primeiro é alvo de programas que compõem as políticas de transferência de renda no Brasil e o segundo não. Com essa ressalva em mente nota-se que, em um contexto onde está havendo uma maior concentração de pessoas nas cidades acima de cinquenta mil habitantes, em relação à população que compõem esses grupos o segundo passou a perder mais população em relação ao território nacional e estadual, enquanto o primeiro manteve-se dentro do conceito de rotatividade. Outra diferença importante em relação a esses dois grupos é quanto ao comportamento em relação às cidades pequenas e a capital. Enquanto no primeiro grupo nota-se uma maior perda em relação à cidade de Salvador, é no segundo grupo que nota-se a principal mudança em relação às cidades pequenas. Ou seja, as cidades pequenas estão com menor capacidade de reter as pessoas que possuem uma renda domiciliar *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Por outro lado as cidades pequenas apenas não perdem a população que possui uma renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, ou seja, a população alvo dos programas de transferência de renda. É de fundamental importância aqui recordar que no período analisado, ou seja, entre 1991 e 2000, os programas de transferência de renda que atuavam eram o Benefício de Prestação Continuada e a Aposentadoria Rural.

Agora será investigada a possível influência de outro programa na dinâmica de crescimento populacional dos municípios e na dinâmica migratória. Trata-se do Programa Bolsa Família. O ritmo de crescimento populacional que aconteceu entre 1991 e 2000 sofre alterações na primeira década do século XXI⁶. Em relação à população total o ritmo de crescimento do interior apresenta um pequeno crescimento, enquanto a RMS deixa de crescer possivelmente em decorrência da migração, perdendo população através de grandes fluxos emigratórios: o IEM entre 2004 e 2009 é de -0.45, conforme apontado na Tabela 5. Outro fato importante a ser destacado é que no primeiro estrato de renda enquanto houve um decréscimo absoluto tanto para o interior quanto para a RMS no primeiro período, no segundo essa população volta a crescer no interior, juntamente com um IEM que indica retenção de 0.15, enquanto o mesmo índice para a população geral indica rotatividade. Observa-se que o primeiro grupo apresenta índices que indicam retenção, apenas para o interior.

Porém, é preciso destacar que a população de mais baixa renda volta a crescer de uma forma geral, o que pode ser resultante de dois fatores: 1) Está ocorrendo uma maior imigração para a Bahia e retenção de pessoas que estão nesse estrato de renda;

⁶ Para fazer a comparação com dados do Censo Demográfico e da PNAD, é necessário que se agregue municípios em Região Metropolitana e interior, já que a PNAD, só oferece representatividade para a Região Metropolitana. Para 2009 o total da população dos municípios é estimada.

2) A valorização do salário mínimo fez com que aumentasse a parcela de pessoas que se enquadram nesse grupo.

É importante ressaltar a redução do ritmo de crescimento de uma forma geral, sendo que a maior taxa de crescimento se deu para o grupo que tem renda domiciliar *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, o que pode ser um indicativo de que houve uma transferência de pessoas para esse grupo, promovendo uma mobilidade de pessoas que estavam no primeiro estrato de renda, e que passaram a integrar o segundo estrato de renda. Sendo que no segundo estrato nota-se que esse crescimento se dá para RMS, apesar do IEM de -0.68. Ou seja, o crescimento desse grupo na região metropolitana pode estar associado à mobilidade entre os estratos, já que ele cresce apesar da perda migratória. Para o terceiro estrato nota-se que o crescimento é maior para o interior, apesar do IEM que indica perda, enquanto para a RMS, o índice também indica perda, porém o crescimento é menor.

Nota-se que para o último grupo de renda houve perda populacional absoluta, apesar dos IEM demonstrarem ou rotatividade ou retenção migratória. A retenção do último grupo na RMS é significativa, fato que acaba refletindo na retenção desse grupo populacional na Bahia. Assim, pode-se pensar que essa perda está associada à valorização real do salário mínimo e a uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição. Diversos autores vêm alertando para o fato de que na última década houve uma melhora da situação de pobreza no Brasil e não faz muito sentido imaginar que esteja ocorrendo uma piora na renda. É mais plausível que, com a valorização real do salário mínimo sem reflexo direto nos rendimentos mais altos provenientes do trabalho, um menor número de famílias consiga alcançar esse patamar que em 2009 era de R\$1.395,00 *per capita*.

TABELA 5 - Taxa de crescimento e índice de eficácia migratória, dos maiores de cinco anos entre 1991, 2000 e 2009, por localização do município e rendimento domiciliar *per capita*. Bahia, 1991 a 2009*

	Taxa de Crescimento Anual (%)		Índice de Eficácia Migratória					
	91/00	00/09	1991	2000	2009			
População Total								
Interior	8.249.124	9.327.863	10.620.412	1,37	1,45	-0,16	-0,12	-0,06
RMS	2.968.965	3.591.142	3.686.111	2,14	0,29	0,05	0,01	-0,45
Total	11.218.089	12.919.005	14.306.523	1,58	1,14	-0,11	-0,09	-0,17
População com renda <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo								
Interior	6.552.319	5.576.842	6.003.196	-1,78	0,82	-0,05	-0,02	0,15
RMS	1.480.371	1.278.538	1.209.724	-1,62	-0,61	0,06	-0,02	-0,23
Total	8.032.690	6.855.380	7.212.920	-1,75	0,57	-0,03	-0,02	0,09
População com renda <i>per capita</i> entre 1/2 e 1 salário mínimo								
Interior	1.030.017	2.241.962	2.863.731	9,03	2,76	-0,29	-0,15	-0,02
RMS	645.212	948.003	1.160.975	4,37	2,28	0,06	-0,05	-0,68
Total	1.675.229	3.189.965	4.024.706	7,42	2,62	-0,2	-0,13	-0,23
População com renda <i>per capita</i> entre 1 a 3 salários mínimos								
Interior	538.041	1.175.435	1.501.714	9,07	2,76	-0,4	-0,31	-0,43
RMS	579.091	877.872	933.061	4,73	0,68	0	0,01	-0,61
Total	1.117.132	2.053.307	2.434.775	7	1,91	-0,28	-0,22	-0,49
População com renda <i>per capita</i> superior a 3 salários mínimos								
Interior	128.745	333.624	251.771	11,16	-3,08	-0,25	-0,12	0,02
RMS	264.289	486.729	382.351	7,02	-2,65	0,06	0,08	0,26
Total	393.034	820.353	634.122	8,52	-2,82	-0,1	-0,04	0,15

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) PNAD (2009).

*Migração por Data-Fixa.

3. Composição da renda familiar por status migratório

Outra forma de se buscar indícios sobre a relação entre a evolução das transferências de renda e as tendências da migração, é buscar compreender qual a importância dos programas para a composição da renda familiar conforme o status migratório dos chefes de família.

Antes de entrar propriamente na composição da renda domiciliar segundo status migratório, é importante entender qual o perfil das pessoas que compõem cada grupo, lembrando que, para evitar os problemas da imigração de retorno indireta, a análise será feita apenas para o chefe dos domicílios.

De acordo com a Tabela 6 percebe-se que a imigração para a Bahia varia entre 3,27% e 4,51%. Sendo importante reparar que durante a última década a quantidade de imigrantes variou, aumentando em alguns anos e diminuindo em outros. Em relação ao percentual de imigrantes de retorno percebe-se que ela é maior para os chefes do que para a população total. O que é de se esperar, já que dentro da população total, há uma maior presença de mulheres e crianças não naturais, que podem compor a família dos imigrantes retornados. Em relação aos chefes o percentual de migrantes de retorno começa o período em 70%, alcançando o menor

percentual em 2006 com 67% e voltando a crescer, alcançando o patamar dos 70% novamente em 2009.

Ao analisar o perfil dos chefes de domicílio na Tabela 7 observa-se que grande parte são homens, o que é de se esperar, já que por regra a maior parte da chefia domiciliar no Brasil é masculina. No entanto, é interessante notar que essa representatividade torna-se ainda maior entre os não-naturais, demonstrando uma maior imigração de não naturais do sexo masculino ou de uma maior declaração de chefia masculina nesse grupo.

Quanto à idade, os grupos apresentam diferenças quanto ao grupo mais representativo. De uma forma geral os chefes se concentram nas idades ativas entre 25 e 55 anos, que é a idade em que a maior parte das pessoas migra. No entanto, enquanto entre os não migrantes há uma concentração no grupo 35 a 44 anos, entre os migrantes a concentração acontece no grupo entre 25 a 34 anos, com uma maior concentração nesse grupo para os retornados, e de 35 a 44 anos entre os não-naturais.

Em relação à raça/cor a maior parte da população é negra (pretos e pardos), sendo que há uma maior concentração de brancos entre os não-naturais, inclusive havendo um aumento de sete pontos percentuais entre um período e outro. No quesito educação há uma concentração para os não-migrantes na faixa de sem instrução ou menos de um ano de estudo nos dois períodos tendo ocorrido uma redução entre 1991 e 2000. Já para os não-naturais houve uma melhora da situação educacional dos chefes de domicílios, sendo que a cúspide passa dos 4 a 7 anos de estudo, que é a média brasileira, para 11 a 14 anos de estudo, sendo importante destacar o percentual importante de chefes migrantes não naturais com mais de 15 anos de estudo. Para os migrantes retornados nos dois períodos, os chefes concentram-se no grupo de 4 a 7 anos de estudo.

TABELA 6 - Proporção de não migrantes, migrantes de retorno e migrantes não naturais. Bahia 2002-2009 - Chefes de Domicílio*

	2002		2004		2006		2008		2009	
Não Migrantes	3.187.905	95,49	3.451.083	96,36	3.608.869	95,93	3.968.258	96,63	4.044.343	96,68
Migrantes	150.596	4,51	130.365	3,64	153.112	4,07	138.427	3,37	138.900	3,32
Total	3.338.501	100	3.581.448	100	3.761.981	100	4.106.685	100	4.183.243	100
Retornados	105.470	70,04	88.094	67,57	102.298	66,81	94.524	68,28	97.026	69,85
Não Naturais	45.126	29,96	42.271	32,43	50.814	33,19	43.903	31,72	41.874	30,15
População Total										
	2002		2004		2006		2008		2009	
Não Migrantes	12.499.852	95,92	12.788.656	96,49	13.117.226	96,26	13.568.148	96,62	13.773.390	96,73
Migrantes	531.571	4,08	464.678	3,51	509.526	3,74	474.625	3,38	465.717	3,27
Total	13.031.423	100	13.253.334	100	13.626.752	100	14.042.773	100	14.239.107	100
Retornados	321.174	60,42	260.164	55,99	287.227	56,37	292.412	61,61	293.290	62,98
Não Naturais	210.397	39,58	204.514	44,01	222.299	43,63	182.213	38,39	172.427	37,02

Fonte: Fundação IBGE. PNAD's (2002; 2004; 2006; 2008; 2009).

*Migração por última etapa.

A renda domiciliar *per capita* desses chefes concentra-se no primeiro grupo de até 1/2 salário mínimo para os não migrantes e para os retornados nos dois períodos, tendo ocorrido um aumento no percentual dos retornados que se concentram nessa

faixa. Fato que pode estar relacionado a dois fatores: A valorização do salário mínimo e a maior migração de retorno de chefes que se encontram nesse grupo. Já entre os não-naturais à renda domiciliar *per capita* dos chefes é concentrada na faixa que supera três salários mínimos.

Em suma o perfil desses grupos é: Não-Migrantes (Homens, em idade ativa, negros, com baixa instrução e com renda domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo); Não-Naturais (Homens, em idade ativa jovem, negros, mas com um percentual importante de brancos, média e alta escolaridade, renda de mais de três salários mínimos); Retornados (Homens, em idade ativa jovem, negros, de média escolaridade, e de baixa renda domiciliar *per capita*). Ou seja, pode-se dizer que o perfil do retornado é uma mistura entre o perfil dos não-migrantes e dos migrantes não-naturais.

TABELA 7 - Perfil dos chefes de domicílio por status migratório*. Bahia, 2004 e 2009. (%)

		2004			2009		
		Não Migrantes	Não Naturais	Retornados	Não Migrantes	Não Naturais	Retornados
Sexo	Masculino	71,68	84,57	75,99	65,73	72,25	71,39
	Feminino	28,32	15,43	24,01	34,27	27,75	28,61
Idade	15-24 anos	5,13	9,16	10,43	4,51	14,07	14,83
	25-34 anos	19,85	37,75	34,91	18,27	29,46	39,18
	35-44 anos	23,19	27,22	25,72	23,44	31	24,6
	45-54 anos	19,83	12,35	16,38	20,4	13,97	9,56
	55-64 anos	14,62	5,52	9,17	15,3	8,43	5,14
	Mais de 65 anos	17,39	8,00	3,39	18,09	3,06	11,83
	Raça/Cor	Indígena	0,48	0,51	0,25	0,35	1,25
	Branca	21,94	35,93	23,59	22,45	42,86	22,01
	Preta	15,76	6,02	8,71	20,2	4,11	14,58
	Amarela	0,27	—	—	0,14	—	0,54
	Parda	61,55	57,55	67,45	56,86	51,78	62,87
Estudo	Sem instrução e menos de 1 ano	32,79	10,17	17,01	26	15,41	11,41
	1 a 3 anos	18,23	9,82	20	15,72	10,43	11,36
	4 a 7 anos	21,52	29,51	32,23	22,11	21,91	34,13
	8 a 10 anos	9,05	10,67	12,84	10,09	12,16	17
	11 a 14 anos	15,37	23,58	16,1	21,32	24,01	20,63
	15 anos ou mais	2,86	16,24	1,83	4,51	16,07	5,47
	Não determinados	0,18	—	—	0,27	—	—
Rendimento Domiciliar <i>per capita</i>	Até 1/2 Salário Mínimo	42,27	22,98	42,98	41,53	31,1	50,51
	De 1/2 a 1 Salário Mínimo	30,73	23,69	32,23	31,1	21,53	24,4
	De 1 a 3 Salários Mínimos	20,33	27,88	18,63	21,45	30,24	18,33
	Mais de 3 Salários Mínimos	5,86	23,78	5,65	5,92	17,12	6,76
	Sem Declaração	0,82	1,67	0,50	-	-	-

Fonte: Fundação IBGE. PNAD (2004; 2009).

(*) Migração Por última etapa.

Em relação à composição da renda domiciliar nota-se conforme a Tabela 8 que a principal fonte de renda advém do trabalho, no entanto, essa importância aumenta entre os dois períodos para os retornados e os não-naturais e diminui para os não-migrantes. Já em relação à aposentadoria e outras rendas vemos uma redução da importância das aposentadorias para os não naturais e retornados e de um aumento dessa importância para os não-migrantes, quando se trata da aposentadoria. No entanto a importância dos outros rendimentos aumenta para os não-naturais e para os não-migrantes, enquanto decresce para os retornados.

TABELA 8 - Composição da renda domiciliar dos chefes por status migratório - Bahia, 2004 e 2009*

	2004					
	PBF	RGPS	Outra aposentadoria	Outro	Trabalho	Total
Não Natural	1,68	10,89	5,13	2,38	79,92	100
Retornado	2,09	10,3	1,81	4,75	81,05	100
Não Migrante	3,06	21,03	1,5	1,5	72,91	100
2009						
Não Natural	1,29	6,26	1,07	5,46	85,92	100
Retornado	2,58	7,89	1,38	2,64	85,52	100
Não Migrante	2,23	25,52	1,06	2,61	68,58	100

Fonte: Fundação IBGE. PNAD (2004; 2009).

*Migração por última etapa.

Por último, o Programa Bolsa Família, acaba por representar um valor menos significativo no orçamento, tendo em vista o valor do benefício não ser alto. No entanto a presença desse programa no orçamento, não pode ser desprezado. Em decorrência da sua boa focalização, o PBF, em 2009 representava 0,7% da renda das famílias brasileiras, no entanto foi responsável por 16% da queda da desigualdade (SOARES et al., 2010). Levando essa importância em consideração, nota-se conforme a Tabela 8 que entre os dois períodos houve uma redução da importância do PBF para os não-naturais e para os não-migrantes. Assim em 2009, o valor repassado pelo programa passa a ser mais significativo para os retornados.

Considerações Finais

A grande desigualdade na Bahia, tanto de renda quanto de oportunidades é um problema sempre presente. No entanto, nos últimos anos houve um pequeno processo de desconcentração de renda, observou-se uma maior redução da pobreza nas áreas rurais, do que nas áreas urbanas e uma redução ainda menor na região metropolitana. Muitos autores explicam essa redução pela ampliação dos programas de transferência de renda, que impactam de forma mais significativa às áreas rurais, em decorrência do menor custo de vida nesses locais.

Ao se verificar a relação entre os programas e os PIB municipais, percebe-se que enquanto o PIB baiano cresceu a uma taxa de 4,2% ao ano, os programas de transferência de renda cresceram a uma taxa de 8,6% ao ano. A relação entre as transferências e o PIB são mais significativas para os pequenos e médios municípios, sendo que o PBF é mais importante nos pequenos municípios e o BPC nos de porte médio. Além do mais a importância desses programas dobrou entre 2004 e 2009.

Da mesma forma que esses programas podem vir a influenciar na dinâmica dos municípios, tanto populacionalmente quanto economicamente, eles podem vir a influenciar nos fluxos migratórios, pois esses podem variar conforme a renda. Entre 1991 e 2000, notou-se uma redução na participação do primeiro estrato de renda na migração, com enfoque na redução intraestadual. Também se observou que entre os emigrantes há uma maior predominância no terceiro estrato de renda, assim a razão entre o saldo líquido migratório e a população, é menor para o terceiro estrato de renda e maior para o primeiro. Ou seja, o saldo líquido migratório, demonstra que o terceiro grupo perde mais pessoas, enquanto o primeiro grupo é o que menos perde. Também nota-se uma diferença entre a significância da migração intraestadual e da interestadual conforme os estratos de renda domiciliar *per capita*. A importância da migração intraestadual reduz conforme a renda aumenta. Ou seja, a relação entre saídas e entrada é menor para os mais pobres, bem como a migração dentro do próprio estado é mais significativa para os primeiros estratos de renda, o que pode estar associado ao menor risco dos deslocamentos de curta distância.

Na análise da população total o IEM indica rotatividade, porém indica retenção na RMS e perda nas cidades pequenas e médias. No entanto, nas mesmas cidades pequenas e médias o IEM indica rotatividade para o primeiro estrato de renda e perda nos estratos seguintes. Indicando retenção na RMS apenas para o primeiro e o segundo estrato de renda. É de fundamental importância frisar que apesar dos dois primeiros grupos de renda serem pobres, há divergências significativas entre o primeiro e o segundo. Como o IEM indicar rotatividade para as cidades pequenas e médias para o primeiro estrato de renda e perda para o segundo estrato, sendo que uma das diferenças entre os dois grupos reside no fato de o primeiro grupo ser alvo dos programas de transferência de renda.

A análise quanto às influências do PBF indica que em relação à população total o ritmo de crescimento do interior apresentou crescimento, enquanto o ritmo de crescimento da RM diminuiu em decorrência da emigração. O primeiro estrato de renda volta a crescer para o interior com o IEM indicando retenção. Também nota-se maior crescimento do grupo de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, indicando mobilidade entre os estratos na RMS, já que o IEM indica significativa perda populacional. Já a perda de população no último estrato de renda, não quer dizer que houve um empobrecimento da população, mas sim que o aumento real do salário mínimo fez com que menos pessoas pudessem acessar esse grupo.

Em relação à importância dos “outros rendimentos” na composição da renda domiciliar, percebeu-se um aumento, observando-se que enquanto o Bolsa Família representa em 2009 apenas 0,7% da renda, atribui-se a ele cerca de 16% de importância na queda da desigualdade e que esse programa pode estar influenciando na migração de retorno. Enquanto o volume da imigração tem diminuído, o percentual de retornados tem aumentado, seja entre a população total ou entre os chefes de domicílio. Assim percebe-se que entre 2004 e 2009 houve um aumento da importância da Bolsa Família para os retornados, apesar do aumento da importância dos rendimentos provenientes do trabalho.

Durante este trabalho conseguiu-se alguns indicativos de mudanças no ritmo de crescimento e na dinâmica migratória principalmente para a população que compõem o primeiro estrato de renda e que residem nas pequenas e médias cidades. A análise do crescimento populacional juntamente com alguns indicadores sobre migração permitiu observar, por um lado, possibilidade de mobilidade entre os diferentes estratos de renda dentro dos próprios municípios por outro, que esteja acontecendo mudanças na mobilidade dessa população. Se levarmos em consideração

que as mudanças recentes na dinâmica econômica baiana tem um menor impacto na população de mais baixa renda, já que muitos são considerados não empregáveis, em decorrência a baixa ou nenhuma escolaridade, é possível pensar que os programas de transferência de renda, sejam um dos elementos que estejam influenciando essas mudanças.

Referências

BAENINGER, R. **Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2008.

DIAS, P. C.; FERNANDES, C. M. **Considerações introdutórias e elementos metodológicos para a discussão das desigualdades na Bahia**. Salvador: SEI, 2008. (Série Estudo e Pesquisas, 78).

LIMA, C. L. C.; SANTANA FILHO, L. C.; BULÇÃO, S. **Uma análise do recente crescimento das transferências diretas de renda para as famílias do estado da Bahia**. Bahia Análise e Dados, Salvador, SEI, v.19, n.4, p.957-969, jan./mar.2010.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-2000)**. Salvador, 2008. (Série Estudo e Pesquisas, 79).

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SOARES, S. et al. **Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza**. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios, Brasília: IPEA, v.2, 2010.